

**RESUMO EXECUTIVO DA ATA**  
**1ª REUNIÃO PLENÁRIA – ORDINÁRIA DE 2023**

**Data:** 28 de fevereiro de 2023

**Horário:** 9h00min

**Local:** Plataforma *Teams* vídeoconferência

**Membros do Colegiado**

(A relação completa dos que registraram presença no dia da reunião pela plataforma *Teams* encontra-se disponível na Secretaria Executiva do Comitê)

**SEGMENTO ESTADO**

Wanderley de Abreu Soares Jr. – DAEE – **Secretário Executivo CBH-AT**

Daniel Jesus de Lima - EMAE

Rodrigo Ferraz Moreira - SABESP

Luis Sérgio Ozório Valentim - Secretaria da Saúde

Lilian B. Peres e Maria Emília Botelho - CETESB

Sérgio Luiz Damiani - Secretaria da Educação

Monica Therezinha Bartié Rossi - Secretaria da Habitação

José Luiz Albuquerque- Instituto de Pesq. Tec. - IPT

Augusto Olavo Leite Secretaria de Logística e Transportes

## **SEGMENTO MUNICÍPIOS**

### **Prefeituras Municipais**

Monique Villas Boas de Souza	Caieiras
Andreia de Oliveira Assis	Arujá
Claudete Canada	Poá
Solange Wuo Franco	Suzano
Eliane Aparecida Estevam	Santana de Parnaíba
Regina Damasceno	São Bernardo do Campo
Ruth Cristina Ferreira Ramos	Taboão da Serra

## **SEGMENTO SOCIEDADE CIVIL**

Amauri Pollachi	<b>APU-Presidente em exercício CBH-AT</b>
Sandra Maia de Oliveira	SINDAREIA
Vanessa Dias	SINDUSCON
Melissa Graciosa	UFABC
Jaqueline Bória	UNIFESP
Ricardo Guterman	Fed. Nacional dos Urbanitários- FNU
Cristiane Lima Cortez	FECOMERCIO –
Ricardo Saad	CIESP SBC –
Ricardo de Aguiar Quadros	CIESP Alto Tietê
Virgílio Alcides de Faria	MDV
José Avanito Arraes	Instituto Cultural e Amb. Alto Tietê
Gustavo Veronesi	SOS Mata Atlântica

## **CONVIDADOS COM DIREITO À VOZ**

Joana Franklin De Araújo - Ministério Público do Estado de São Paulo

**1. Abertura.** Amauri Pollachi Presidente do Comitê em exercício (APU) constatando quórum abriu a reunião agradecendo todas as presenças. **2. Expediente, Comunicações e Ordem do Dia.** Wanderley de Abreu Soares (DAEE) Secretário Executivo do CBH-AT comunicou que em janeiro de 2023 o Comitê recebeu Ofício da Fundação Florestal, referente a averbação RPPN Mata Virgem, reconhecida pela resolução SIMA 97/2022. As RPPNs podem servir de apoio para criação de novas reservas e aos instrumentos de gestão do Comitê, notadamente os Relatórios de Situação e os Planos de bacia como indicador do grau de proteção de biodiversidade inseridos na gestão de recursos hídricos como mecanismos de incentivos para criação das RPPNs. Também receberam Ofício da Câmara dos Deputados-Deputada Federal Tabata Amaral, sobre a viabilidade Ambiental do sistema de transportes públicos hidroviário da Billings, que foi respondido através do Ofício CBH-AT 05/23 “Esclarecemos que a Prefeitura Municipal de São Paulo deve apresentar o projeto para o órgão licenciador responsável a fim de obter as respectivas licenças/autorizações necessárias, de acordo com o porte e localização do empreendimento, e não deve apresentar diretamente ao CBH-AT, sendo este, por sua vez, responsável apenas por manifestação sobre os impactos nos recursos hídricos e não pela aprovação ou reprovação do empreendimento. Sugerimos que entrem em contato para mais informações com a Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (EMAE), responsável pela operação do reservatório Billings, e com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), órgão estadual de licenciamento ambiental.” Hélio C. Suleiman (Diretor Presidente da FABHAT) em questão de ordem solicitou colocar em votação inversão de pauta. Joana Franklin De Araújo (Ministério Público do Estado de São Paulo) manifestou contrária, por ter que se retirar em função de compromissos profissionais. Solicitou consignar a manifestação do Ministério Público. Na sequência da reunião, representando o segmento da Sociedade Civil, Virgílio Alcides de Faria (MDV) disse que o referido projeto hidroviário está em execução mesmo sem ter sido demandando para o Comitê, pela CETESB, para emitir parecer quanto a possíveis danos ao manancial Billings. Solicitou que os empreendedores apresentassem o projeto no Comitê e ressaltou que o mesmo não foi apresentado, nem ao público. Virgílio sugeriu fazer uma vistoria técnica na área com o CBH-AT, EMAE, CETESB e MDV, para comprovar que as obras do Sistema de Transportes Públicos Hidroviário da Billings, estão em andamento, inclusive com a construção de ancoradouro. Também solicitou o retorno, daquilo que foram atendidas, as pautas do segmento da Sociedade civil apresentadas anteriormente ao Comitê no início da atual gestão. Hélio informou que entraram em contato com os Agentes do processo, a Fundação Agência solicitou esclarecimentos, mas não há mais informações sobre o empreendimento, infelizmente, todavia devem obediência aos ritos e trâmites legais do processo. Disse ainda, entender os motivos da preocupação, mas não poderiam interferir nos instrumentos legais. No tema a Fundação está resguardada, pois tomou todas as prerrogativas a seu cargo. E ainda, relativo a manifestação das propostas da Sociedade civil, datando o início da atual gestão, ocorreu ampla discussão conjunta, seria, sim, pertinente um balanço das ações tomadas. Informou ainda sobre a participação da FABHAT, ao obter credenciamento especial para a Conferência da Água das Organizações das Nações Unidas-ONU, a ser realizada nos dias 22 a 24 de março, New York-EUA, Entre outros temas relevantes está a questão da água e

sua importância como desenvolvimento econômico-social, e até político no sentido da diminuição das desigualdades sociais, no que tange a diminuição de pobreza e geração de riqueza. Além disso, de 01 a de 03 de fevereiro, estiveram presentes na terceira edição de los Diálogos Regionales del Agua, Santiago de Chile, cujo objetivo é a preparação para a conferência ONU 2023 e a FABHAT foi convidada para a mesa de Diálogos, juntamente com a CEPAL-Condição Econômica para a América Latina e Caribe, que tem a propositura de levar a valorização da água, não só no aspecto financeiro, mas também em outras instâncias e é uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas. Na ocasião foi produzido um documento, com a participação da FABHAT, que será apresentado para o Conselho Deliberativo da Fundação e aos membros do Comitê. De maneira resumida, o evento considerou também a importância das legislações para a garantia da preservação dos recursos hídricos. Também informou que a FABHAT concluiu a licitação e em 07 de janeiro assinou o contrato com a Envex Engenharia e Consultoria Ltda para iniciar a execução do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê. A Diretora Técnica da FABHAT Beatriz Silva Gonçalves Vilera complementou dizendo que na fase do diagnóstico serão realizadas cinco Oficinas regionais a fim de promover a integração regional, ao final será realizada uma Audiência Pública para a apresentação do Plano. José Avani Arraes (Instituto Cultural e Ambiental do Alto Tietê) manifestou corroborando as palavras iniciais de Virgílio (MDV) além da relevância do sistema integrado de recursos hídricos, que o Comitê de bacia tem assento no CNH. Disse que estava indignado pelas ocorrências de diversas obras sem licenciamento ambiental que o sistema de recursos hídricos não tem conhecimento. Também aproveitou ocasião para agradecer o empenho da atual gestão do Comitê, que brevemente será renovada no processo eleitoral e sugeriu como candidato para a Presidente Amauri Pollachi (APU) considerando que qualquer um dos três segmentos pode exercer a Presidência do Comitê. Hélio apresentou, em resumo, o documento do Fórum Paulista dos Comitês de bacias hidrográficas-FPCBH com ações estratégicas para a gestão dos recursos hídricos, basicamente com questões relativas ao planejamento e a gestão, financiamento, comunicação e articulação, em 15 propostas que foram encaminhadas para a Subsecretária Samanta Souza na Subsecretaria Recursos Hídricos e Saneamento Básico e na próxima reunião do Fórum devem avaliar quais serão os próximos passos. Solicitou divulgação do documento a todos os integrantes do Comitê. Na sequência Joana Franklin De Araújo (Ministério Público do Estado de São Paulo) teceu considerações sobre a aprovação do Parecer Técnico sobre o EIA/RIMA referente ao Centro Logístico GLP Bandeirantes II, no município de Cajamar, manifestando que está em curso investigação do Ministério Público sobre o empreendimento. Aparentemente o EIA/RIMA desconsiderou questões importantes, dentre outras, a criação da APA Cajamar e as atividades que não podem ser exercidas; restrição à terraplanagem; e os remanescentes florestais. Em razão, o Ministério Público ajuizou ação civil pública no início de 2023 sendo deferida a liminar para que o Estado e a Fundação Florestal elaborarem o Plano de Manejo. Além disso, tem sido notada uma proliferação de empreendimentos de grande porte gerando impacto direto nos recursos hídricos. Na sequência, pela participação do plenário, considerou-se que é importante articulação futura do Comitê para a elaboração dos Planos de Manejos, prioritariamente nas áreas de Mananciais. Hélio

considerou muito importante a parceria do Ministério Público, destacando que com a aproximação da Dra. Joana o diálogo tem sido profícuo e realizam trabalhos conjuntos para solucionar as demandas dos recursos hídricos e, da mesma forma que ocorra com os questionamentos colocados pelos membros do Comitê no início desta reunião. José Arraes novamente com o uso da palavra, expressou que o Plano de Manejo da Várzea do Rio Tietê necessita de atualização, além do que, a área sofre com constantes Invasões, há muito tempo, e solicitou para a Dra. Joana especial atenção ao caso.

**3. Aprovação da ata resumida da 2ª Reunião Plenária de 2022, realizada em 27 de outubro de 2022.** Após a dispensa da leitura, a Ata foi aprovada por unanimidade.

**4. Apresentação sobre o andamento dos empreendimentos FEHIDRO, tomador SEMIL/CFB, sobre fiscalização integrada nas áreas de mananciais.**

Davi Vieira, Márcia e Roni pelo Departamento de fiscalização da empresa SEMIL/CFB apresentaram. Em síntese, os projetos tem o objetivo de garantir, fortalecer e aperfeiçoar a fiscalização integrada nas áreas de Mananciais. Inclui aquisição de imagens dos territórios abrangidos, ações de desfazimento, e estruturação dos grupos de fiscalização integrada. Contempla também trabalho integrado com a Operação Defesa das Águas e formam o conjunto de 27 municípios beneficiários. Foi elaborado um Plano de trabalho em três eixos principais: monitoramento e fiscalização integrada, gestão e capacitação. Prevê a participação dos municípios com a criação de Decretos para a sua regulamentação, além de criar a estrutura nos municípios, designando ao menos um funcionário para atuar nas diversas atividades de fiscalização. O projeto ainda conta com a aquisição de equipamentos pertinentes para fortalecer a estrutura dos municípios e de outros órgãos que fazem parte da fiscalização integrada. O projeto teve início em 2022, com quase a totalidade da assinatura dos convênios, apenas três municípios ainda não conseguiram concluir a etapa da publicação do Decreto com a contratação dos serviços de apoio administrativo. Os municípios já estão produzindo o diagnóstico das principais áreas de pressão em seu território para apoiar as ações de fiscalização para na sequência entrarem com a elaboração dos Planos de monitoramento da fiscalização. Uma parte do projeto é voltada para equipamentos, visando garantir a capacidade física dos municípios, dos agentes da polícia e da CETESB, com a previsão de computadores, drones e veículos, sendo que os computadores já foram adquiridos. Para fortalecer a identidade das equipes houve aquisição de camisetas, viaturas. Para o primeiro semestre pretendem finalizar os pré-requisitos para o recebimento dos equipamentos e os diagnósticos, a contratação do serviço de remoção e guarda de veículos, como apoio para as atividades da Polícia Ambiental. Na sequência está prevista a produção dos Planos de monitoramento e também a realização do Workshop. O projeto para desfazimentos das construções irregulares visa fortalecer a fiscalização mediante demonstração da efetividade do poder público. Sobre a aquisição de imagens, tem a finalidade de aperfeiçoar a fiscalização e fortalecer a participação dos municípios nas ações de monitoramento em seu território, para tanto também está prevista a contratação de treinamento piloto com o software que

será utilizado na fiscalização. São imagens de alta resolução para cobertura de uma área de 4.700 km<sup>2</sup>, disponibilidade de imagens em portal que também podem ser baixadas pelo centro de monitoramento da Secretaria. Finalizando a apresentação foi apresentado o cronograma do projeto. Na sequência da reunião, na participação do plenário, foi solicitado que o Comitê seja convidado para participar dos eventos. Lilian Peres (CETESB) parabenizou pelo projeto e ressaltou sua grande importância. Solicitou acesso às imagens. Foi respondido que as imagens estão disponíveis na sede com acesso direto ao servidor. Solange Wu Franco (P.M de Suzano) expressou o GFI já está dando resultados no Alto Tietê Cabeceiras, foram 18 ações em Suzano com 20 áreas fiscalizadas e já iniciaram desfazimentos. Também houve indagação sobre a data que se pretende disponibilizar o Portal para a Sociedade civil organizada. A resposta foi que, a princípio as imagens foram pensadas para a questão de organização da fiscalização, não foi pensado para o acesso de toda a Sociedade civil, mas podem verificar a questão, com o acesso da Sociedade civil como membros do Comitê, levando em consideração o número de registros no Portal, pode ser incluído, após a licitação. O Presidente agradeceu pelas apresentações e pela oportunidade de manterem o bom diálogo. Solicitou licença para se ausentar brevemente da reunião.

**5. Deliberações. As Deliberações, com a redação final aprovada, são publicadas na webpágina do Comitê <https://comiteat.sp.gov.br/ocomite/deliberacoes-e-mocoos>, e também a Ata taquigrafada de inteiro teor. Deliberação CBH-AT n° 156, de 28 de fevereiro de 2023 - Aprova o parecer técnico sobre o empreendimento Loteamento Antares, em Mogi das Cruzes.**

A Deliberação foi aprovada por unanimidade. Houve solicitação de inversão de pauta, mas com a presença do expositor, Ricardo de Aguiar Quadros (CIESP Alto Tietê) Coordenador GT consultas ambientais, deram sequência na pauta como estabelecida inicialmente. Ao que todos concordaram. Em síntese, o loteamento Antares, no município de Mogi das Cruzes, configura-se de uso misto residencial e comercial, visando a implantação de 144 lotes, sistema viário, áreas institucionais, área verde e sistemas de lazer, além do desmembramento de 7 lotes e área verde. Há áreas de influência para os meios físico e biótico. Foram avaliados os impactos, entre eles, alterações no escoamento das águas superficiais e processos erosivos. A conclusão do GT Consultas Ambientais é que os resultados e estudos apresentados no RAP permitem a viabilidade ambiental do empreendimento, desde que implementadas todas as medidas preventivas, mitigadoras, de controle e compensatórias propostas nos planos e programas ambientais. Recomendações, entre outras: que o empreendimento seja dotado de instalações, equipamentos e procedimentos adequados ao uso racional da água, e ao aproveitamento das águas de chuvas para usos não potáveis, reduzindo-se a demanda sobre o sistema de abastecimento público, considerando o disposto em norma ABNT NBR; que seja monitorado o fluxo do lençol freático e que sejam adotadas medidas corretivas e mitigatórias em caso de alterações. Essas medidas deverão ser submetidas à apreciação da CETESB e recomenda-se que e faça excepcionalmente uma audiência pública ou então por outro instrumento semelhante de consulta popular para a sociedade possa avaliar e opinar sobre os impactos do empreendimento.

Virgílio disse que deve constar na Deliberação o dever legal consulta ao Conselho Gestor-CG da APA da Várzea do Rio Tietê. O CG não é ouvido, considerando, como título de exemplo, o aterramento de várzea em Suzano. O Conselho não é ouvido e, de forma reiterada, sobre os empreendimentos que causam impactos ambientais. Se não há na Deliberação a manifestação do Conselho Gestor é preciso incluir. Ricardo Quadros considerou que está incluído, mediante a consideração para a CETESB consultar os órgãos autarquias e associações relacionadas, influenciadas e localizadas em área afeta ao empreendimento, uma vez que o licenciamento cabe à CETESB. Virgílio disse que a CETESB tem aprovado licenciamento na APA sem ouvir o Conselho, então precisaria ficar claro, incluindo na Deliberação o dever de manifestação do Conselho. Regina Damasceno (P.M de São Bernardo do Campo) sugere inclusão da sugestão de Virgílio no item 4. Hélio e Ricardo Quadros consideraram que não havia impedimentos ou prejuízo em especificar, sendo assim a Deliberação sofreu mudança de redação e renuneração de itens: 4.9-Que seja obtida a manifestação do Conselho Gestor da APA – Área de Proteção Ambiental da Várzea do Tietê; e 4.10-Que a implantação das medidas ora propostas seja avaliada e acompanhada pela CETESB e que o CBH-AT seja periodicamente comunicado a respeito.

**6. (RETIRADO DE PAUTA) Deliberação CBH-AT nº xx, de 28 de fevereiro de 2023 - Aprova o parecer técnico sobre o empreendimento Centro Logístico Bandeirantes II, em Cajamar.** Solicitado, tendo em vista as manifestações do Ministério Público, retirada de pauta do item 6. Por votação unânime o item foi retirado de pauta.

**7. Deliberação CBH-AT nº 157, de 28 de fevereiro de 2023 - Indica o Diretor-presidente, a Diretora Administrativa/Financeira e a Diretora Técnica da FABHAT para o mandato 2023-2025.** Foi aprovada por unanimidade a indicação de Hélio César Suleiman para o cargo de Diretor Presidente da FABHAT para o mandato 2023-2025 e ratificadas as indicações para Diretora Técnica Beatriz Silva Gonçalves Vilera e como Diretora Administrativa e Financeira Tania Cavalcanti Melo.

**8. Deliberações CBH-AT nº 158, de 28 de fevereiro de 2023 - Aprova o Relatório de Atividades 2022 e Plano de Trabalho 2023 do PROCOMITÊS e os Anexos I, II e III.** Aprovada por unanimidade a Deliberação e seus anexos. Ana Sedlacek (FABHAT) apresentou. Em síntese, há necessidade da Deliberação para atender itens do PROCOMITÊS patrocinado pela ANA-Agência Nacional de Águas. Os Comitês de bacias hidrográficas do Estado de São Paulo aderiram, através de Termo de Manifestação de Interesse e Adesão aonde o programa estabelece cumprimento de algumas metas para obtenção dos recursos, como, por exemplo, instrumentos de regulação interna pelo “Componente I – Funcionamento dos comitês de bacias hidrográficas”, definida como a aprovação pelo comitê de Plano de Trabalho Anual (PTA) até a primeira reunião do ano corrente e a aprovação pelo comitê do Relatório Anual de Atividades até a primeira reunião do ano seguinte." Além disso, deve contar com capacitações e devido Plano de capacitação dos novos membros do Comitê, bem como os instrumentos de gestão, entre os quais

o Plano de bacia. Todos os anos as condicionantes devem ser atendidas. Na sequência foi apresentado, em síntese, o Plano de Trabalho Anual do CBH-AT para 2023, constante do Anexo I e o Relatório de Atividades Anual do CBH-AT – exercício 2022, pelo Anexo II da Deliberação, sendo que, todos os documentos pertinentes, na íntegra, foram encaminhados previamente para análise do colegiado, como de praxe. O Comitê cumpre as metas e já recebeu um kit de comunicação do PROCOMITES, utilizados nas reuniões online. O Presidente solicitou correção de grafia na ementa, ANA-Agência Nacional de Águas.

**9. Deliberação CBH-AT nº 159, de 28 de fevereiro de 2023 - Aprova o Plano de Aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água para 2023.** Deliberação aprovada, com uma abstenção do Sindicato da Ind. da Const. Civil de Grandes Estruturas no Estado de SP- SINDUSCON. A Diretora técnica Beatriz apresentou. Em síntese, relembrou que todo ano os Comitês precisam aprovar o Plano de aplicação, estabelecido no Decreto 50.667/06. Demonstrou pelo resumo do Plano de aplicação o total de Entradas com R\$ 122 milhões, total de saídas R\$ 19 milhões, restando saldo disponível para aplicação em 2023 de R\$ 103.204 milhões. Já foi aberta a primeira chamada para obtenção dos recursos FEHIDRO, que recebeu 12 propostas, somando aproximadamente R\$ 32 milhões, que estão em análise, mas resultará, com certeza na abertura durante o ano da segunda chamada de empreendimentos para obtenção dos recursos. Ressaltou que toda movimentação financeira é realizada pelo Agente financeiro. A Fundação realiza apenas o controle da movimentação financeira. A Deliberação estabelece no Parágrafo Único para a consecução do plano fica estabelecido o percentual de 10%, incidente sobre o arrecadado com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos no período 2023, para repasse à FABHAT e no Artigo 2º aprovados repasses de recursos financeiros da sub-conta FEHIDRO, do CBH-AT, proveniente da cobrança pelo uso dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, do que for arrecadado no período de 2023, para cobertura de custos operacionais do agente financeiro da cobrança, dos agentes técnicos do FEHIDRO e demais despesas decorrentes. O Presidente considerou que todos devem ficar atentos para uma segunda chamada de obtenção de recursos e, seria oportuno revisar o Plano de bacia acrescentando tipologias que contemplem ações que não foram contempladas na redação original do Plano, possivelmente para a próxima seleção e hierarquização de projetos. Virgílio solicitou informações atualizadas do Comitê sobre o cumprimento, na forma de prestação de contas, para a ação legal que estabelece cumprimento para a aplicação de no mínimo 50% de recursos em áreas de proteção e recuperação de mananciais. Beatriz confirmou que está sendo atendido e, em todas as Deliberações desde o ano de 2015, nas reuniões em que o Comitê delibera as indicações para o FEHIDRO, são apresentadas as porcentagens para as áreas de proteção e recuperação dos mananciais quando são indicados os empreendimentos, conforme consta nas Deliberações. Virgílio disse que não bastam os recursos, o Comitê também precisa cobrar eficiência dos projetos aprovados na recuperação dos mananciais. O Presidente considerou que aproximadamente desde o ano de 2018 o Comitê tem realizado rigorosamente o acompanhamento dos empreendimentos nas áreas dos mananciais, exemplificando que nesta própria reunião foi apresentado o trabalho de fiscalização



integrada. Virgílio ainda disse que não observa nenhuma melhoria na condição dos Mananciais, pelo contrário, observa que tem piorado a cada dia e, que sua colocação se referia a necessidade de maior acompanhamento por parte do Comitê. Beatriz finalizou comentando que desde 2020, quando a FABHAT iniciou a análise de acompanhamento dos empreendimentos, houve significativa mudança dos cenários anteriores, auxiliando que o Comitê tenha conhecimento dos produtos dos empreendimentos, especialmente nas reuniões das Câmaras técnicas, com relatório e versão final de obras e estudos, inclusive são disponibilizados no site oficial do Comitê. Melissa Graciosa (UFABC) salientou que serão analisadas na próxima semana os projetos do ano de 2023, e convidou todas as entidades do Comitê participar da análise, que sempre são realizadas em reuniões abertas e transparentes, de forma conjunta pelas Câmaras Técnicas, com o intuito ideal de que a análise seja realizada por pelo menos três representantes, um de cada segmento do Comitê. Virgílio disse que a conclusão dos projetos não está sendo avaliada. Melissa disse que Virgílio considerou, no primeiro momento, se a porcentagem de 50% estava sendo aplicada nas áreas de mananciais, mas em relação aos projetos concordou que sempre há margem para a melhoria contínua, porém, de maneira geral, todos tem trabalhado muito cobrando a efetividade dos projetos, assim como na presente reunião foi apresentado o projeto de fiscalização integrada. Finalizou reiterando o convite para todos participarem das reuniões, de maneira que possa haver cobrança, mas também a participação. O Presidente considerou que estão aprimorando o processo, que logicamente não é perfeito, mas não restam dúvidas que houve muitos aprimoramentos. Hélio agradeceu a confiança pela recondução como Presidente da FABHAT, e comungou as críticas sobre a demora da execução dos projetos, porém, como já expresso e colocado pela Diretora técnica da FABHAT, conseguiram promover visíveis melhorias em todo o processo, desde o ano de 2020, principalmente através de articulações com os atores do sistema, para um processo mais ágil e eficiente. Além disso, técnicos da Agência sempre estão prontos para auxiliar os Tomadores dos projetos. De toda forma, sempre é possível promover melhorias para maior agilidade e eficiência. E, como já comentado, todos os projetos da área de mananciais são apresentados nas Câmaras Técnicas. Esclareceu ainda que estão cumprindo a lei, referente aos 50% aplicados em áreas de Mananciais assim como, consultaram sobre a possibilidade da criação dos Escritórios Regionais, com a contratação de uma consultoria externa e o documento com as conclusões está à disposição do Comitê.

**10. Deliberação CBH-AT n° 160, de 28 de fevereiro de 2023 - Aprova o aditamento do contrato FEHIDRO n° 057/2022 referente ao empreendimento 2021-AT\_COB-136 “ESTUDOS HIDROGEOLÓGICOS NA REGIÃO DE JURUBATUBA, NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.** A Deliberação foi aprovada por unanimidade. José Luiz Albuquerque (IPT) Coordenador da Câmara técnica de águas subterrâneas, apresentou. Em síntese, há necessidade de aditamento para realização de estudos e levantamentos de dados, incluindo atualização e ampliação do conhecimento sobre a contaminação, geologia e hidrogeologia na região Jurubatuba. Considerando também a necessidade da realização de novo estudo para melhorias, aprimoramento e revisão do modelo de gestão que foi

submetido ao Comitê quando foram aprovados os recursos, em 2021. A pesquisa de mercado realizada de julho de 2022 pela FABHAT, constatou a necessidade de readequação do Termo de Referência em algumas etapas visando maior aderência ao valor aprovado junto ao FEHIDRO e em Reunião CTAS, conjunta com o GT Jurubatuba, realizada de fevereiro de 2023, identificaram a necessidade de solicitação de aditivo financeiro, Há que se considerar, também, que o trabalho requer extrema especialização técnica de análise do subsolo e a observância da crescente evolução tecnológica. Nova pesquisa de mercado em 2023 constatou a média de preço, aproximadamente R\$ 2 milhões, necessitando do aporte de R\$ 1.350.000 milhão.

**11. Outros assuntos.** O Presidente lembrou que está em curso o processo eleitoral do Comitê, publicado Edital das entidades do segmento da Sociedade civil habilitadas e as não habilitadas, e será realizada uma assembleia do segmento, a ser comunicado oportunamente. Melissa (UFABC) informou que foram finalizados os trabalhos do GT Eventos Extremos, que contou com a apresentação dos trabalhos desenvolvidos na gestão. Foi elaborado o Relatório de atividades. Solicitou uma apresentação com a síntese, principalmente das conclusões, para a próxima reunião plenária. O Presidente concordou que devem reservar um tempo para a apresentação do GT Eventos extremos e, considerou que o Comitê deve ficar mais atento para priorizar ações de mitigação e prevenção de riscos, provocados pelas mudanças climáticas e eventos extremos. Comunicou que será agendada uma próxima reunião presencial, provavelmente no auditório CONSEMA, para o final do mês de março, em reunião de eleição e posse da nova gestão do comitê.

**12. Encerramento.** Cumprida a Ordem do dia o Presidente agradeceu as presenças dando por encerrada a reunião. Esta Ata, resumo executivo dos registros taquigráficos da Ata de inteiro teor, foi elaborada pelo Taquígrafo Dartan Gravina com a revisão da Secretaria Executiva do CBH-AT.

**Amauri Pollachi**

Presidente em exercício do CBH-AT

**Wanderley de Abreu Soares Júnior**

Secretário Executivo do CBH-AT